

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA DO PARÁ E O COMBATE A MORTALIDADE INFANTIL DE 1910 A 1934

Carmeci dos Reis Viana; Prof^a Dr^a Laura Maria Araújo Silva Alves

Universidade Federal do Pará – UFPA. Carmeci.viana@hotmail.com; laura_alves@uol.com.br

RESUMO:

O estudo objetiva investigação da mortandade infantil nos anos de 1910 a 1934 em Belém do Pará. Para tal, utilizamos os Livros Perpétuos de Sepultamento de Crianças no cemitério de Santa Isabel do Pará destacando a idade, sexo, situação socioeconômica e o inventário das doenças que causaram a morte das crianças. A questão norteadora do estudo é: Qual a situação da mortalidade infantil na capital do Pará no período de 1909 a 1934 e a sua relação com as ações dos médicos higienistas para combater tal situação? Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental tendo como fonte os livros perpétuos de sepultamento de crianças do Cemitério de Santa Izabel do Pará e matérias jornalísticas sobre mortalidade infantil no jornal “A Folha do Norte”, equivalente ao período de 1910 a 1934. A investigação se dá em quatro etapas: 1) levantamento demográfico da quantidade de crianças sepultadas no Cemitério de Santa Izabel de 1910 a 1934 e sua relação com idades e gêneros; 2) Catalogação das doenças causadoras da mortalidade de crianças de 1910 a 1934; 3) Levantamento documental no Jornal “A Folha do Norte” na Biblioteca Arthur Vianna no setor de microfilmagem; 4) Análises das ações implementadas para combater a mortalidade infantil pelo médico Ophir Pinto de Loyola com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à infância do Pará. Constatou-se que muitas crianças morriam de doenças causadas pela falta de cuidado e saneamento da cidade. Os resultados obtidos apontam que com as ações dos médicos higienistas a mortalidade infantil sofreu significativa diminuição.

História da Infância no Pará, Médicos higienistas, Mortalidade infantil, Educação.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo investigação e análise acerca da mortandade infantil nos anos de 1909 a 1934 em Belém do Pará, por meio dos Livros Perpétuos de Sepultamento de Crianças no Cemitério de Santa Isabel, localizado na capital paraense. Tal estudo vincula-se ao Grupo de Pesquisa Constituição do Sujeito, Cultura e Educação - ECOS, da Universidade Federal do Pará (UFPA) que tem como objetivo contribuir para a historiografia da infância na Amazônia paraense. Para este trabalho trazemos a investigação entre os livros de 1909 a 1911. As questões que nortearam o estudo foram: (1) *Qual o quadro da mortalidade de crianças nos anos de 1909 e 1911 quanto ao gênero, idades e etnia?* (2) *Qual o perfil socioeconômico das crianças sepultadas no Cemitério de Santa Isabel?* (3) *De que doenças as crianças recorrentemente morreram?* (4) *Que médicos assinavam os atestados de óbitos de crianças?*

Para efetivar a pesquisa, inicialmente, realizamos uma listagem a partir de um levantamento na secretaria do Cemitério Santa Izabel sobre os Livros Perpétuos de Sepultamento de menores nos anos de 1909 a 1911. Realizamos uma catalogação dos dados contidos nos livros para que, assim,

fosse realizada a análise dos mesmos. É necessário explicitar que o levantamento, bem como análise dos dados, ainda está em andamento. Portanto, não se tem um resultado final acerca da pesquisa, pois pretendemos ampliar o estudo até 1934.

A referida pesquisa de cunho documental destaca o entrecruzamento de três áreas do conhecimento: Medicina, História e Educação. Para elaboração desse trabalho, destacamos os seguintes itens de análise: (1) a mortandade infantil e o higienismo; (2) Cemitério de Santa Isabel e o sepultamento de anjinhos; (3) Mortandade Infantil na Amazônia Paraense da Belle Époque.

2. MORTANDADE INFANTIL E O HIGIENISMO

Realizando um panorama da realidade brasileira e, em especial, da Amazônia paraense no final do século XIX, início do século XX, encontra-se um cenário desolador. O alto índice da mortalidade infantil no Norte do país, por diversas doenças, epidemias e falta de higiene, era elemento preocupante, uma vez que ia de encontro com o ideário civilizatório e, sobretudo, incompatível com o almejo da constituição de uma infância, uma nação, saudável, forte e produtiva.

Segundo Silva Jr. e Garcia (2010), entraves ligados à moradia, miséria e desemprego, juntamente com uma certa preocupação sanitária, tendo em vista a alta taxa de mortalidade infantil, além da propagação de casos de sífilis, tuberculose e alcoolismo, começam a inquietar diversos estudiosos e políticos da época, considerando que o espaço urbano teria que passar por uma série de mudanças.

Sendo assim, o país, no início do século XX, passa por um processo de modernização, devido a busca de atendimento ao modelo “civilizador”. Quando volta-se o olhar para o Brasil nesse período, é possível notar diversas mudanças, nos seus mais variados cenários. Há um aceleração no crescimento e desenvolvimento urbano, motivado pela industrialização. Então, o país sofre mudanças, tanto estruturais quanto comportamentais, a fim de que viesse se encaixar nos moldes dos países considerados desenvolvidos.

Para tanto, era necessário que os assuntos que envolvessem a infância, sobretudo os cuidados com as crianças tivessem um pouco mais de atenção. Nesse contexto, surge o movimento higienista, com o objetivo de diminuir as mazelas que assolavam a sociedade da época, remodelando os cuidados com a saúde e higiene da sociedade, defendendo-se o ensino de novos hábitos higiênicos, já que consideravam que a falta de higiene era o principal problema da população. Sua ideia central era valorizar a população como um bem, indicando normas e hábitos que corroborariam com uma melhora da saúde individual e coletiva.

É nesse cenário que surge a concepção médico-higienista, como uma forma diminuir as mazelas que assolavam a sociedade da época, reformando a maneira de cuidar da saúde e higiene da sociedade, trazendo o ensinamento de novos hábitos higiênicos, uma vez que, ainda de acordo com Alves (2012), a falta de higiene era considerada o principal problema da população.

Assim, como afirma Rizzini (2008), a infância passa a ter papel de destaque, a partir das novas ideias que adentram o cenário brasileiro. As crianças, que tinham papéis secundários em suas famílias e na sociedade, passam a ter papel de destaque, sendo consideradas um bem valioso para a nação, elemento chave para o progresso da nação.

Dentre o conjunto de intelectuais voltados à causa, a ação dos médicos, já que estes tinham reunido argumentos, estudado procedimentos e afins, foi de grande importância para criar uma representação de infância, pautada no discurso higienista.

Dispostos a enfrentar o “problema da infância” por meio de medidas higienizadoras, tais médicos defendiam não somente a assistência materno infantil, como também proposições a respeito da educação das mães, com vistas à formação tanto física quanto moral dos filhos. A atuação desses médicos higienistas foi o que instituiu o novo modelo filantrópico de assistência, que iria entrelaçar intervenção pública, filantropia e ciência médica. Fundam-se, no Brasil, nessa época, as bases da puericultura, definida como a ciência que trata a higiene física e social da criança. Nascida na Inglaterra e na França no século XVIII, a base da puericultura era a orientação à higiene da maternidade e da infância.

É quando a discussão sobre a proteção e cuidados com a infância, no Brasil, começa a caminhar sobre novas trilhas. A criança passa ser vista como força de trabalho futuro, que deveria, portanto, ser preservada. As crianças, por serem frágeis e pelo contato com ambientes insalutíferos, eram acometidas por diversas moléstias que, por vezes, acabavam levando-as ao óbito.

O foco principal dos higienistas era a população menos abastada que, por viver em situações de extrema precariedade, eram mais facilmente acometidas por doenças, e as crianças, claro, eram as maiores vítimas. É na busca de atendimento à criança pobre e desvalida que vários médicos higienistas passam a criar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, por todo Brasil. Foi um modelo de instituição privada, de caráter filantrópico, que, nascendo sob a bandeira da República e, sobretudo dos valores positivistas, encontra suporte para sua criação em ideias médico-higienistas e eugenistas. No caso de Belém, o criador do instituto foi o médico pediatra Ophir Pinto de Loyola, engajado nos estudos sobre as doenças que acometiam as crianças e o cuidado necessário que se devia ter para com elas. De acordo com Alves (2010), o médico maranhense demonstrava bastante

preocupação com as crianças carentes, que, a seu ver, viviam sem o menor preceito de higiene e com certos hábitos culturais da região, que prejudicavam o seu desenvolvimento moral, físico além do cognitivo.

Outro ponto bastante toado pelo movimento higienista diz respeito a educação, uma vez que, segundo Góis Jr. e Lovisolo (2003), a educação também era considerada peça chave na construção de uma sociedade forte e produtiva, já que havia a premissa de que um povo educado é a principal riqueza da nação.

Portanto, o movimento higienista foi de extrema importância com relação ao combate à mortalidade infantil quanto para a criação de uma nova concepção de cuidados com as crianças. A partir dele, o trato com o infante passa a ser visto de maneira diferente, os cuidados com as crianças passam ser prioridade, proporcionando as crianças, e a sociedade em geral, uma melhoria da qualidade de vida.

A abordagem médico-higienista, que definia o projeto civilizador do final do século XIX, estabelecia muitas diretrizes para a formação de uma nova sociedade, e a capital do Pará não esteve alheia, muito pelo contrário. A criança era o foco principal para o estabelecimento dessa nova sociedade e as ações de assistências e proteção começavam a ser pensadas para elas. As práticas utilizadas no interior das casas de asilos para crianças tinham um objetivo: transformar a criança pobre, desvalida, órfã em um cidadão útil para a sociedade, principalmente em termos econômicos. Além disso, a medicina procurava desenvolver medidas higienistas que abrangiam os cuidados com a saúde da criança nos primeiros anos de vida, cuidados da mulher com a gravidez e o parto, além de cuidados com a amamentação realizada pelas amas de leite. Entretanto, mesmo com medidas implementadas a partir de um ideário higienista, a mortalidade infantil era significativa na capital do Pará.

Como nos diz Gilberto Freyre, com a investida médico-higienista a partir de meados do século XIX, com a extinção da Roda dos Expostos e o início da legislação sobre a infância nas primeiras décadas do século XX, a criança passa de objeto da caridade para objeto de políticas públicas. É nesta passagem que vamos encontrar os médicos especialistas no atendimento à criança.

É neste cenário que surge a preocupação com a infância, que passava a ser considerada importante para o progresso do país, ou seja, descobre-se a infância, e a necessidade de se constituir uma sociedade sadia, moral e fisicamente, que pudesse dar continuidade aos processos de modernização do país. Surgem então às ideias relacionadas à Puericultura, com um discurso médico

de preocupações com a alimentação, brinquedos, tratamento diferenciado, dentição, desenvolvimento físico e moral da criança.

A mortalidade infantil foi enorme entre as populações indígenas desde o século XVI. Houve também um número considerável de crianças que morriam entre as famílias das casas-grandes devido a difícil adaptação dos europeus ao meio tropical e da higiene infantil. Os hábitos trazidos da Europa como o rígido e supersticioso cuidado com o resguardo e o horror de banho, eram noções extremamente nocivas às crianças em clima quente. Já os hábitos de higiene indígena ou africana havia a maior liberdade da criança dos panos grossos e dos agasalhos pesados, além do uso de abafar a cabeça dos criança (GILBERTO FREYRE, 2001).

Segundo Gilberto Freyre, a mortalidade infantil no Brasil continuou impressionante até o século XVIII. Na segunda metade do Império, parte dos médicos mostrava preocupação em investigar as causas da morte das crianças. Em 1846, na sessão da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, o tema é posto em discussão e debate. As opiniões entre os médicos eram as mais variadas. Ia desde aos hábitos impróprios nos cuidados das crianças as frequentes moléstias. Também lançaram alguns olhares sobre as roupas, à aparência e os costumes da infância. Para a população da época acreditava-se que milhares de anjinhos subiam aos céus chamados pelo arcanjo Miguel por causa desta complicação.

Sobre as causas mais frequentes de mortalidade infantil nos primeiros séculos de colonização Gilberto Freyre fala sobre a higiene, ao clima, a alimentação, ao vestuário e a amamentação. Os higienistas desta época preocupavam-se em explicar e combater a mortalidade infantil. A mortalidade atingia crianças de todas as raças, independentemente do sexo. A justificativa para a vulnerabilidade das crianças estava diretamente relacionada à pobreza, ao concubinato que geravam um grande número de crianças ilegítimas, as doenças que atingiam a infância, sobretudo as crianças indígenas e alguns poucos sobre as escravas.

3. CEMITÉRIO DE SANTA ISABEL E O SEPULTAMENTO DE ANJINHOS

Sabe-se que por volta do ano de 1850 a Província do Grão Pará foi alastrada pelo vírus da Cólera e da Febre Amarela. Com as epidemias o então governador Jerônimo Francisco Coelho, com o intuito de impedir o maior alastramento dos vírus proibiu em meio a muitas reclamações os sepultamentos em Igrejas, prática de sepultamento. A prática desta medida começou em 25 de março de 1850. Como reflexo dessa medida, ordenou-se a construção de um cemitério regular, estabelecido em um terreno alguns anos antes adquirido pela Câmara Municipal de Belém, o

governador mandou cercá-lo e edificar nele uma capela a qual deu a invocação de Nossa Senhora da Soledade.

Diante da preocupação do governador foi constituído o segundo cemitério público de Belém, deixando o primeiro (o do Largo da Pólvora) entregue a todos os tipos de profanações, profanações estas que levaram o então bispo D. Afonso de Moraes Torres a mandar escavar o antigo campo santo e trasladar os ossos ali encontrados para o novo cemitério. Contudo, não demorou alguns anos para que fosse percebido que o novo cemitério apresentava dos graves problemas: o primeiro era seu tamanho diminuto que não dava conta da crescente população, e o segundo a localização próxima ao centro da cidade já muito habitado. Estas e outras razões higiênicas determinaram a interdição do cemitério, que já em 1874 foi considerado insuficiente pela santa Casa de Misericórdia, instituição a quem era incumbida à administração do cemitério.

Com o fechamento do Cemitério da Soledade, que era um campo santo de sepultamento da elite paraense, foi construído o Cemitério Santa Isabel, que a época ficava cerca de uma légua da cidade, o que não ameaçava a higiene pública, fato este que foi uma das razões do fechamento do Cemitério da Soledade. Assim, o Cemitério Santa Isabel começou ter sua construção partir de 1890. O referido Cemitérios começou a ser gerido pelo poder público e não eclesiástico, sendo assim passou da tutela da Santa Casa de Misericórdia do Pará para as mãos da Intendência (Prefeitura) Municipal de Belém. Na ocasião, o Cemitério de Santa Isabel ganhou tamanho com várias desapropriações empreendidas pelo intendente Senador Antônio Lemos, bem como ganhou Capela que hoje conhecemos.

Nos finais do século XIX o referido campo santo passou a receber mortos como escravos, doentes e crianças. Os mortos pela epidemia de febre amarela, denominados de amarementos, tiveram um espaço isolado de sepultamento como intenção de isolar os mortos pela doença. Desde o período de sua real implementação, o Cemitério de Santa Isabel passou a sepultar crianças indigentes e não indigentes de várias idades, sexo e condições socioeconômicas.

Sobre os funerais e sepultamento de crianças podemos destacar nos relatos dos viajantes que passavam por aqui testemunharam no correr do século XIX e início do século XX os funerais de crianças como uma “procissão triunfal”. Sobre os “anjinhos”, os visitantes estrangeiros, segundo Gilberto Freyre, se mostraram surpresos pelo esmero em que pequenos defuntos eram arrumados e expostos.

Uma prática muito comum narrada pelos viajantes nos rituais fúnebres infantis era o de arrumar o “anjinho” de forma a lhe restituir o aspecto que tinha quando vivo, por intermédio da

maquiagem. A criança morta tinha faces e lábios pintadas em abundância de um rosa brilhante, resultando numa aparência de que a criança estava viva. Nas narrativas de viajantes podemos constatar a existência de outro artefato bastante recorrente nos funerais infantis relato pelos viajantes era o pano branco bordado ou a toalha de renda sobre o caixão.

Havia um zelo significativo em dar à criança que acabara de morrer uma série de procedimentos e garantisse uma cerimônia digna para o pequenino, tanto que em algumas capitais no Brasil havia o hábito de depositarem-se os pequenos defuntos na Roda de Expostos nas Santas Casas de Misericórdia, para que a instituição de recolhimento de crianças abandonadas assegurasse que fossem enterrados dignamente (GILBERTO FREYRE, 2001).

A enorme importância dada aos funerais de crianças estava relacionado a uma crença de que *de que morrer criança era uma maneira de garantir a salvação*. No mais, morte de anjinhos indicava intercessão das crianças mortas junto às autoridades celestes em favor dos seus. Era hábito das famílias fazerem a mortuária, com todo o aparato com que se apresentavam os rituais fúnebres. Há indícios também de que os funerais de anjinhos eram geralmente feitos de dia e com uma procissão pelas ruas da cidade. Com relação às vestimentas do pequeno anjinho, muitos estudiosos dizem que eles eram geralmente vestidos de branco que estava associada à inocência e pureza virginal, contrário a mortalha dos adultos que era roxa ou preta, as cores da penitência. O branco estava também relacionado ainda a imagem a Nossa Senhora da Conceição, uma vez que é com esta cor que Virgem Maria se veste nas representações da “Imaculada Conceição”. É daí que surge a prática de vestir a criança morta com vestes de santos, o que seria favorecido pela intervenção do santo, o qual receberia a proteção e o guiaria em direção ao Céu.

Sobre os velórios de anjinhos, o caixão foi outro elemento muito bem retrato pelos viajantes estrangeiros. O esquife servia principalmente para como suporte à exposição e transporte do cadáver, já que o corpo não era enterrado dentro dele, um mesmo esquife era utilizada em diversos funerais. No caso de crianças mortas de famílias abastada era muito recorrente utilizar o esquife para transporte do corpo, geralmente com forro de tafetá branco ou cor de rosa com detalhes em prata. Dependendo da idade da criança havia uma cor determinada para o caixão: nos caixões de criança de menos de oito anos o rosa podia dar lugar ao azul celeste. De acordo com a condição socioeconômica da criança havia um ritual diferenciado. No caso de crianças escravas havia, por exemplo, o costume de enterrá-las nas redes que serviam de leito quando eram vivos, sem qualquer lençol sobre o corpo (GILBERTO FREYRE, 2001).

Na morte de anjinhos o cortejo fúnebre era o ponto alto da participação coletiva. Geralmente toda a cidade era chamada a participar do ritual de cortejo. Diferentemente dos adultos, nos funerais infantis a criança era levada de dia, lugar do cotidiano, do familiar. As procissões diurnas eram índice de que se dava por garantia de salvação e a de louvar o pequeno falecido (GILBERTO FREYRE, 2001).

Os funerais de crianças estava relacionado a uma crença de que morrer criança era uma maneira de garantir a salvação. Gilberto Freyre narra uma fala de um viajante estrangeiro ao presenciar um funeral de uma criança no Rio de Janeiro, ouvi-se a mãe do meninozinho exclamar: *Oh, como sou feliz! Morreu-me o último filho! Como sou feliz! Agora quando eu morrer e for para o Céu não deixarei de entrar: lá estarão meus cinco filhinhos para me arrastarem para dentro agarrados às minhas saias: Entra, mãe! Entra!* (GILBERTO FREYRE, 2001, p. 460).

Os funerais de crianças abastadas eram geralmente pomposos e todos cantando tristonhamente pelas ruas rezas fúnebres. Os cadáveres de crianças eram enterrados em esquifes escarlates ou azuis e vestidos geralmente de anjos com asas, e os cabelos penteados em cachos e com *rouge* nas faces. Já as crianças de famílias pobres eram enterradas com a melhor roupa. Já as meninas-moças eram vestidas com roupa branca e com fitas azuis no cabelo e com coroas de flores brancas nos cabelos.

Durante o velório de criança no século XIX, os gestos dos familiares e mesmo da mãe da criança não se distinguia se se tratava de alegria ou tristeza. Sobre os funerais narra Freyre:

os cadáveres de crianças eram enterrados em esquifes escarlates ou azuis, e vestidos de querubins ou de anjos, com asas, e os cabelos penteados em cachos. Quando havia necessidade de cachos suplementares, o encarregado dos funerais completava-os, suprimindo os pequenos defuntos, não só de cachos,mas de “rouge” para face e de pós prateados para o pescoço e para os braços (GILBERTO FREYRE, 2008, p. 115).

A morte da criança era percebida pelos viajantes estrangeiros, mais como um momento de júbilo que um momento de luto. Muitos deles (viajantes) tiveram a oportunidade de presenciar um funeral infantil. Eles relatam que esses cerimoniais mais se pareciam com festivais. Era comum vestir de São João o cadáver de menino, já a criança que tinha o nome de São Francisco ou Santo Antônio usam geralmente enterrados com mortalha. Para as crianças maiores, São Miguel Arcanjo era o modelo. Vestia-se então o pequeno cadáver com uma túnica, uma saia curta presa por um cinto, um capacete dourado (de papelão dourado) e apertadas botas vermelhas. Com a mão direita apoiada sobre o punho de uma espada. As meninas representam ‘madonas’ e outras figuras populares.

Viajantes também registraram o uso de pano branco como mortalha, usado entre as camadas mais humildes, principalmente entre as crianças escravas recém chegadas da África. Há indícios de que essa prática foi transplantada desse continente, pois entre os africanos a cor branca é a preferência para enterrar os mortos, sobretudo as crianças já que pela liturgia cristã o branco é uma cor que representa a inocência e a pureza virginal.

Uma prática cultural muito comum na capital do Pará era anunciar o falecimento de crianças principalmente das famílias abastadas. Anúncio fúnebre fazia parte do cotidiano da imprensa belenense da segunda metade do século XIX, mesmo que fosse uma simples informação sobre a criança morta e o enterro, se seria realizado naquele dia e em alguns casos o motivo da morte. Havia ainda a publicação nos jornais de grande circulação diária do número de mortos que seriam enterrados naquele dia.

Sabe-se também que as famílias mais abastadas não só publicavam nos jornais a perda de um anti-querido como recebiam inúmeras manifestações públicas de carinho e afeto neste momento de perda, de sofrimento e de dor. Geralmente as mensagens de condolência eram encontradas com muita facilidade nos jornais. Recorrentemente essas mensagens eram cheias de elogios ao morto, evidenciavam as qualidades do falecido. As crianças sempre eram vistas, como meigas, doces, puras, verdadeiros anjos, tão boas que Deus por sua imensa misericórdia as tomou para si de modo que as mesmas não sofressem nesse mundo de aflição.

3.1 MORTANDADE INFANTIL NA AMAZÔNIA PARAENSE DA BELLE ÉPOQUE

A verificação dos Livros Perpétuos de Sepultamento de Crianças no Cemitério de Santa Isabel (1909-1911) nos permitiu, ainda que de forma preliminar, verificar as diversas mazelas, doenças e moléstias que acometiam as crianças no início do século XX. É importante ressaltar que o estudo está em andamento.

Constatamos com os levantamentos primeiros dos Livros Perpétuos de Sepultamento de menores no Cemitério de Santa Isabel que havia um número significativo de mortandade de crianças no período de 1909 a 1911. Dos dados apurados destacamos os seguintes:

Das 3.134 crianças sepultadas no período de 1909-1911; verificamos que em 1909 morreram 85 crianças; em 1910 morreram 1.585 crianças e em 1911 morreram 1.464 crianças. Portanto, dos dados levantados no total de 3.134 crianças sepultadas já catalogadas no referido livro indicam que nos anos de 1910 e 1911 houve um número expressivo de óbitos de crianças.

Com relação ao gênero das crianças mortas, constatamos que morriam meninos e meninas indiscriminadamente. Quanto a idade, as crianças morriam com idades que vão de horas, dias, meses e um ano de vida até aproximadamente 8 a 10 anos. Entretanto, das 1.134 crianças sepultadas nos anos de 1909 a 1911 morreram: de 0 – 11 meses 1.738 crianças; de 1 – 6 anos 1.027 crianças; 7 – 11 anos 115 crianças; Natimorto (aquelas registradas como nascida morta) 211 crianças; além de 43 crianças classificadas no livro como sem registro, não identificadas e ignoradas.

Os meses que apresentavam a maior incidência de óbitos eram os meses de Fevereiro com 255 registros; março com 359; Abril com 306; Maio com 326; Junho com 319; Julho com 307; Agosto com 265; setembro com 261; Outubro com 293 além de 443 cujo registro do mês não pode ser identificado.

Sobre o estado de origem das crianças sepultadas no cemitério de Santa Izabel do Pará, constatamos que a maioria delas eram de naturalidade paraense, porém, haviam crianças de outros estados brasileiros bem como crianças estrangeiras como apontam os registros: Crianças natural do Pará 2.764 registros, seguido de crianças estrangeiras com 160 registros, Amazonas com 105 registros, Ceará com 85 registros e Maranhão com 20 registros. Há também crianças oriundas de outros estados que migraram para o Pará. Entre os estrangeiros estavam crianças portuguesas, espanholas e de países da América Latina. Verificamos também que das 3.134 crianças registradas apenas 1% não são identificadas.

Com relação à cor e situação sócio econômicas das crianças, constatamos que a grande maioria das crianças eram brancas com 2.058, parda com 1047, preta com 28 e apenas 1 não identificada. A respeito da situação socioeconômica das crianças sepultadas verificamos que 1.871 não eram indigentes e 1.263 eram indigentes. Como os dados não são tão dispare, concluímos que a mortalidade infantil à época atingia crianças pequenas independentemente de sua situação socioeconômica. Obviamente que as crianças de famílias menos remediadas estavam expostas as doenças que acometiam a população principalmente nos primeiros anos de vida.

De acordo com os dados levantados sobre as moléstias que causaram a morte das crianças sepultadas no cemitério de Santa Isabel verificamos que as moléstias que mais acometiam as crianças que as levavam a óbito eram: Bonchite Capillar com 121 casos, Bronchio Pneumonia com 166 casos, Debilidade congênita com 159 casos, Gastro enterite com 445 casos, Infecção Intestinal com 332 casos, Meningite com 103 casos, Nasceu morta com 677 casos, Paludismo com 266 casos, Sarampo com 44 casos, Tétano com 77 casos, Diarréia com 23 casos, Hepatite com 2 casos, Febre Intermitente com 5 casos, Convulsão com 73 casos, Anemia com 9 casos, Febre

Intermitente com 5 casos, Fraqueza Congenita com 8 casos, Entero Colite com 63 casos, Enterite Chonica com 45 casos, Febre Palustre com 18 casos, Pneumonia com 11 casos e doenças não identificadas 238 casos além de outras doenças com 244 casos.

Com relação ao nome dos médicos que atestaram os óbitos das crianças identificamos a presença de médicos pediatras higienistas e sanitarista entre eles o do médico Ophir Pinto de Loyola que, no ano de 1910, assumiu a direção da Santa Casa de Misericórdia e atuou no atendimento de crianças carentes. Além disso, cria em 1912 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará que buscava atender às crianças pobres e desvalidas. Atestaram também os óbitos das 3.134 crianças sepultadas em 1909 a 1911 médicos ilustres como Camilo Salgado, que foi o primeiro presidente da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará, criada posteriormente em 1914 e os médicos Jayme Aben Athar, Penna de Carvalho, Raimundo Farias, Barão de Anajás entre outros.

Em Belém do Pará, os médicos higienistas no século XIX e início do século XX ditavam uma série de modelos comportamentais e regras a serem adotadas pelas mulheres, uma vez que tanto pelo convívio, quanto pelo leite, elas passariam tais atributos para as crianças. Havia nas teses médicas um discurso ideológico civilizatório que defendia a necessidade de criar sujeitos moralmente fortes para a nação em processo de formação que se queria muito no raiar da República.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi apresentado podemos destacar as seguintes considerações:

- (1) Havia uma mortalidade infantil significativa em Belém nos anos de 1909 a 1911 em decorrência de inúmeras epidemias e de doenças causadas pela falta de higiene e cuidados com a alimentação da criança.
- (2) Os médicos higienistas tiveram um papel fundamental no combate à mortalidade de crianças com a atuação dos médicos higienistas e sanitaristas que implementaram medidas para combater o óbito de crianças ainda nos primeiros anos de vida.
- (3) Os dados obtidos nos Livros de Sepultamento de Criança no Cemitério de Santa Isabel servem de referências para estudos sobre a História da infância na Amazônia Paraense.
- (4) Os livros de sepultamento de crianças que foram estudados são um patrimônio imensurável sobre a demografia da mortalidade infantil e que certamente servirão para futuros estudos sobre a infância no início do século XX. A relação entre medicina e educação precisa ser mais bem discutida e ampliada com outros estudos para que possamos desvendar a infância perdida no século XIX e início do século XX.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Proteção Assistência à infância desvalida do Pará (1912 – 1934). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 9., Universidade de Federal da Paraíba. João pessoa, 2012.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 45ª edição. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- _____. Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX. 4ª edição. São Paulo: Global, 2008.
- GÓIS JR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 1, p. 41-54. 2003.
- GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Elane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica 2003.
- LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país de 1800 a 1818 (tradução de Milton da Silva Rodrigues). São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral. A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da Assistência às Crianças Abandonadas no Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume/FINEP, 2008.
- PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.
- RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes de Sant’Ana e; GARCIA, Renata Monteiro. Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, n. 2, ano 10, p. 613-632, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a19.pdf>>. Acesso em: 03 de novembro de 2014.